

Rio de Janeiro, 9 de maio de 2013

O PODER DE COMPRA ALIMENTA O DRAGÃO

A persistência da inflação em torno de 6,5% ao ano tem um componente virtuoso: o crescimento do setor de serviços, que lidera a criação de empregos e aumenta a renda dos consumidores, que aceitam pagar mais. Conheça o efeito desse fenômeno na economia

O que a inflação tem a ver com a sua viagem de férias? Mais do que você imagina. No início da década passada, com o crescimento dos sites das companhias aéreas e do agendamento virtual nos hotéis, as agências de viagens pareciam condenadas à extinção. Afinal, as empresas aéreas davam descontos para quem comprasse online e era possível ver, do próprio computador, imagens de hotéis em todo o mundo, junto com a recomendação de viajantes que já haviam passado por lá. Pois o que aconteceu foi exatamente o oposto. Com o ganho de renda da população das classes C, D e E, o brasileiro da base da pirâmide engrossou a massa de turistas e os serviços das agências passaram a ser mais demandados do que nunca.



Desde 2006, a atividade vem crescendo mais do que a média da economia brasileira. No ano passado, diante do pibinho de 0,9%, os serviços tiveram uma expansão de 1,7%. “O aumento de renda ampliou a demanda por serviços”, diz o economista Rafael Bacciotti, da consultoria Tendências. Em outras palavras, com mais dinheiro no bolso, os consumidores emergentes passaram a demandar mais viagens, começaram a mandar suas roupas para a lavanderia, passaram a frequentar mais os salões de beleza e matricularam os filhos nas escolas de inglês. Um termômetro dessa nova realidade é o setor de franquias. A maior expansão de unidades franqueadas vem das áreas de turismo e de serviços de limpeza – que tendem a crescer ainda mais com a nova legislação regulando o trabalho das domésticas.



Velocidade de cruzeiro: aumento da renda da população fez crescer o número de turistas, que aceitam pagar mais pelos pacotes de viagens.

No ano passado, o faturamento das franquias do setor de turismo aumentou 97,8%, para R\$ 5,4 bilhões. No segmento de limpeza e conservação, o faturamento cresceu 44,5%, para R\$ 1 bilhão. “O PIB cresce pouco, mas o comércio e a prestação de serviços estão muito bem”, diz Ricardo Camargo, presidente da Associação Brasileira de Franchising (ABF). A 5àSec, rede de lavanderias, já tem no Brasil sua maior operação entre os 33 países nos quais atua, com 430 unidades. Somente neste ano, o plano é abrir 50 novas filiais, aproveitando a baixa penetração desse serviço por aqui. Apenas 3% da população utiliza lavanderias no Brasil, enquanto, na Europa e nos Estados Unidos, o índice chega a 80%.

“Os novos clientes usam com menos frequência, mas gastam mais, porque trazem roupas mais caras”, diz a diretora comercial da 5àSec, Meire Carvalho. E se o consumidor demanda mais serviços, as empresas precisam contratar mais mão de obra para atender os clientes mais endinheirados. Não por acaso, o setor tem liderado a geração de empregos nos últimos anos. No ano passado, do total de 1,3 milhão de vagas oferecidas pelas empresas brasileiras, 681 mil foram criadas no setor de serviços, uma proporção de 50,5%. No primeiro trimestre deste ano, já respondem por 55% dos novos postos de trabalho. Numa palestra em Porto Alegre, no início de abril, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, lembrou que, sem a expansão dos serviços que ocorreu nos últimos dez anos, a taxa de desemprego teria sido de 7% em 2012, e não de 5,5%.

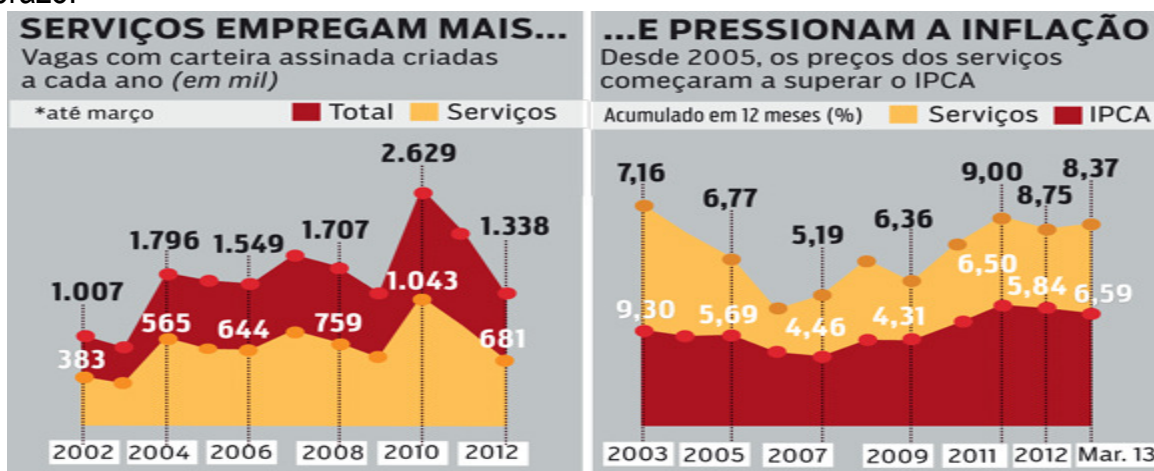


Sandro Santana, da CVC: “Os aparelhos domésticos são trocados uma vez ou outra, mas as viagens são uma demanda constante.”

O círculo virtuoso dos serviços, entretanto, traz consigo um efeito colateral perverso. Com a expansão desenfreada da demanda, subiram também os preços cobrados pelas empresas da área, muitas vezes sem amparo num aumento real de custos. “Como a oferta dos serviços não acompanha a demanda e esse setor não pode ser equilibrado pela importação, os preços sobem”, diz o economista Constantin Jancso, analista econômico do Banco HSBC. **Quando a alta de preços é verificada na indústria, por exemplo, o governo incentiva as importações de bens, que equilibram a concorrência e seguram a alta da inflação.** Como não se importam agentes de turismo, sapateiros, cabeleireiros, cozinheiros e mecânicos, essa estratégia não pode ser replicada no setor de serviços.

Essa particularidade da inflação a partir da expansão da demanda ficou bem clara a partir de 2005, quando a economia começou a crescer em ritmo mais acelerado do que no início da década (veja gráficos abaixo). Desde então, o custo dos serviços tem subido bem mais do que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o índice oficial de inflação monitorado pelo Banco Central. Isso é verificado, na prática, por clientes de salões de beleza, de consertos domésticos e por alunos de escolas e cursos particulares. No ano passado, o IPCA fechou em 5,84%, enquanto os preços dos serviços subiram 8,75%. A proporção diminuiu um pouco no primeiro trimestre deste ano, com a concorrência de outro vilão da inflação: os alimentos. Mas, se o custo da comida já está caindo com a safra de grãos e o fim do verão, o dos serviços deve continuar subindo.

Outro efeito colateral desse crescimento é verificado na alta dos salários. “O mercado está muito favorável ao funcionário”, diz Meire Carvalho, da rede 5àSec, que percebe grande rotatividade com leilões de ofertas de vagas. Nem mesmo o treinamento oferecido aos novos colaboradores é suficiente para mantê-los no emprego. “Muitos mudam de uma franquia para outra, mesmo em áreas diferentes.” Dados da ABF mostram que o número de vagas no setor aumentou 12,3% no ano passado, com 103 mil novos empregos diretos. A conclusão de números como esse é que o setor de serviços dinamiza a economia, com criação de empregos e de renda, mas também colabora para manter o custo de vida em alta. É um dilema a mais para a equipe econômica do governo Dilma levar em consideração em suas estratégias de longo prazo.



Fontes: Caged - IPCA/IBGE

OIT DIZ QUE CRISE DE EMPREGO ENTRE JOVENS SE AGRAVA

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou hoje (8) o relatório Tendências Globais de Emprego para a Juventude. Segundo a entidade, a fraca recuperação da economia mundial nos últimos dois anos agravou a crise de emprego entre os trabalhadores dos 15 aos 24 anos (de 15 a 18 anos, em condição de aprendiz).

A OIT estima que cerca de 73 milhões de jovens estejam sem trabalho, taxa de 12,6% para as pessoas nessa faixa etária. Em 2012, essa taxa chegou a atingir 54,3% na Espanha, 54,2% na Grécia, 38,7% em Portugal, 34,4% na Itália e 31,4% na Irlanda. De 2008 a 2012, o desemprego de pessoas entre 15 e 24 anos foi 24,9%, em média.

Fonte: Agência Sindical.

BRASILEIRO FOI ESCOLHIDO PARA CHEFIAR A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO.

Diplomata ressaltou necessidade de destravar rodada de Doha.
Azevêdo destaca aumento de influência da América Latina



Embaixador brasileiro Roberto Azevedo
(Foto: reprodução globo news)

O próximo diretor-geral da Organização Mundial do Comércio ([OMC](#)), o brasileiro Roberto Azevêdo, afirmou nesta quarta-feira (8) que sua designação é uma consequência natural da crescente participação da América Latina no comércio internacional e nas negociações multilaterais.

"Trata-se de uma região cada vez mais influente no comércio mundial. É um forte ator nas negociações e acho que simplesmente é uma consequência natural dessa crescente participação no comércio e nas negociações", disse Azevêdo em suas primeiras declarações à imprensa internacional após o anúncio de sua eleição como novo dirigente da OMC.

Para ser nomeado, Azevêdo, de 55 anos, superou outros oito candidatos. Por fim, venceu o mexicano Herminio Blanco, ex-ministro de Estado e reconhecido por seu papel como negociador-chefe de tratados de livre comércio entre seu país e outras nações.

"Não se trata do que o sistema (multilateral de comércio) deu à América Latina, mas do que a América Latina deu ao sistema", enfatizou o ainda embaixador do Brasil na OMC em Genebra.

Sobre o caminho que levou à sua escolha, Azêvedo explicou que sua candidatura foi "aceita por uma grande maioria de membros, situados em todos os continentes" e que avaliaram que ele pode "ajudar a construir as pontes necessárias para fazer as negociações avançarem"

Combate ao protecionismo

Sobre os desafios que deverá enfrentar a partir de 1º de setembro, quando assumirá o cargo, Azevêdo considerou como o mais urgente "não obter o que queremos (da OMC) e sim salvar o que temos".

Segundo o brasileiro, as grandes nações comerciais devem combater o protecionismo e agir para salvar e relançar as negociações sobre a liberalização do comércio.

"A única maneira de olhar adiante será nos sentando ao redor de uma mesa, juntos, com o objetivo de buscar soluções e nos movimentar para frente", explicou, em referência à necessidade de destravar a Rodada de Doha.

Essas negociações comerciais estão completamente paralisadas desde 2008, ao fracassarem as tentativas de encontrar uma maneira de fazer convergir os interesses dos diferentes grupos de países nas áreas-chave do processo: liberalização do setor agrícola, industrial e de serviços.

Segundo Azevêdo, as tendências ao protecionismo se espalharam pelo mundo. "O protecionismo é generalizado, não se trata de dois ou três membros da OMC. Temos de estar vigilantes", declarou.

Ele destacou que a Conferência Ministerial dos 159 Estados-membros em dezembro, em Bali, "oferece uma oportunidade para dar os primeiros passos para salvar o sistema".

Fonte: G1

MEMBRO DE CONSELHO FISCAL NÃO CONSEGUIE ESTABILIDADE GARANTIDA A DIRIGENTE SINDICAL

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho reiterou entendimento no sentido de que os membros de conselhos fiscais de sindicatos não detêm a estabilidade garantida ao dirigente sindical nos artigos 543, parágrafo 3º, da CLT, e 8º, inciso VIII, da Constituição Federal. A decisão unânime que negou provimento ao recurso de empregado dispensado da Atende Bem – Soluções Atendimento Informação Comunicação e Informática Ltda. manteve entendimento do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS).

No caso julgado, o empregado, eleito para o cargo de secretário do conselho fiscal do Sindicato dos Trabalhadores de Telemarketing e Rádio Chamadas do Estado do Rio Grande do Sul (Sintratel/RS), pedia anulação de sua dispensa com o argumento de que, à época da dispensa, detinha estabilidade de dirigente sindical. A Atende Bem, em sua defesa, alegou que o Sintratel não possuía registro perante o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e, portanto, o empregado demitido não detinha a alegada estabilidade, que lhe garantiria a permanência no trabalho.

A 3ª Vara do Trabalho de São Leopoldo (RS) indeferiu o pedido de declaração de nulidade da despedida e de reintegração ao emprego. O juízo fundamentou sua decisão no entendimento de que antes do registro dos atos constitutivos junto ao MTE, seguido da emissão da carta sindical e do código sindical, e da publicação no Diário Oficial, o sindicato não está formalmente legitimado a negociar em nome da categoria e a representá-la de forma válida, não podendo seus representantes desfrutar de garantia de emprego.

O TRT-RS, ao analisar recurso do empregado, decidiu pela manutenção da sentença. Para o Regional, se a entidade sindical não é regular, "não há que se falar em representação da correspondente categoria profissional". Não se poderia, assim, conferir a garantia de emprego para aqueles empregados eleitos para cargos de direção e representação.

Outro fundamento

O ministro Fernando Eizo Ono, ao relatar o recurso de revista na Turma, observou que o Supremo Tribunal Federal (STF) e o TST têm decidido no sentido de não condicionar a garantia de emprego do dirigente sindical ao registro do sindicato no MTE, pois "a entidade sindical não nasce pronta e acabada". A regular constituição de um sindicato, assinalou, demanda tempo e diversas etapas que passam necessariamente pela realização de assembleia para a sua fundação e eleição de seus dirigentes, para que somente então se iniciem os trâmites junto ao MTE.

Entretanto, mesmo afastando a necessidade de registro do sindicato no MTE, a conclusão foi a de que a reintegração do empregado não poderia ser concedida. Eizo Ono lembrou que a jurisprudência do TST, firmada na Orientação Jurisprudencial 365 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1), já pacificou entendimento de que os membros de conselho fiscal de sindicatos, como no caso analisado, não fazem jus à estabilidade provisória no emprego, pois não atuam "diretamente na defesa dos direitos da categoria profissional".

(Dirceu Arcoverde/CF)

Processo: RR-154400-92.2009.5.04.0333

MINISTRO DA MICRO E PEQUENA EMPRESA TOMARÁ POSSE NA QUINTA

Na segunda-feira, 06, a presidente da República Dilma Rousseff, anunciou oficialmente Guilherme Afif Domingos (PSD), a frente da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, pasta com status de ministério. A posse do novo ministro será na quinta-feira (9), às 10h, em Brasília.

A nova pasta vai absorver todas as competências e atribuições relativas às micro e pequenas empresas que hoje são dos ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e do Trabalho.

O presidente da Fenacon, Valdir Pietrobon, comemorou a instalação, de fato do novo ministério:

"A Fenacon, que sempre defendeu a criação desse órgão, sabe a importância que as micro e pequenas empresas representam para o desenvolvimento do país. Esperamos que o ministério atue na formulação de políticas de apoio, promova a

desburocratização e diminua a informalidade. Sei o quanto esse segmento é fundamental para a geração de empregos e o desenvolvimento da economia brasileira. Desejo sorte ao Afif Domingos e nos colocamos à disposição para contribuir no que for preciso”, disse.

Fonte: Sistema Fenacon 08/05/2013

SENADO NÃO VAI PARALISAR APRECIÇÃO DA DESAPOSENTADORIA, DIZ RENAN

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) disse, nesta terça-feira (7), que “não há interesse” da Casa em paralisar a tramitação do projeto de lei (PLS 91/10), que autoriza a desaposentadoria. Renan afirmou que se comprometeu pessoalmente com o senador Paulo Paim (PT-RS), autor da proposta.

“Eu acho que esse debate tem que acontecer sim, que as razões sejam levadas de lado a lado para que o Congresso possa decidir a partir das razões, com absoluta isenção”, declarou.

O governo é contrário à legalização da desaposentadoria. O mecanismo permite ao aposentado continuar trabalhando e depois pedir aumento do benefício pelo tempo adicional que contribuiu, o que poderia provocar um rombo na Previdência Social.

O texto foi aprovado em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e seria enviado diretamente para a Câmara. Há duas semanas, no entanto, o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), articulou a base aliada e conseguiu assinaturas para apresentar recurso para que o projeto seja apreciado em plenário.

A estratégia é uma tentativa de “congelar” a análise do projeto, como tantos outros prontos para serem votados, mas que nunca são incluídos na pauta das votações. (Fonte: *Valor/diap*)

RELATOR DÁ PARECER FAVORÁVEL À PEC DO TRABALHO ESCRAVO

A PEC, aprovada na Câmara dos Deputados em maio do ano passado sob a numeração 438/2001, voltou para a Casa de origem por ter sofrido modificações. Aloysio Nunes propôs a aprovação sem alterações.

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) entregou, no dia 23 de abril, parecer favorável à aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) 57A/1999, que prevê o confisco de propriedades flagradas com mão de obra escrava, destinando-as à reforma agrária e ao uso social urbano.

Ele é o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

“Ao permitir o confisco do imóvel em que houver trabalho escravo, o país dará um sinal inequívoco de que está empenhado em inibir a prática desse tipo de crime que fere, não só as leis trabalhistas, mas, antes de tudo, os direitos humanos”, afirma em seu parecer.

A PEC, aprovada na Câmara dos Deputados em maio do ano passado sob a numeração 438/2001, voltou para a Casa de origem por ter sofrido modificações. Aloysio Nunes propôs a aprovação sem alterações.

“Do ponto de vista da constitucionalidade da matéria, não há nada a objetar”, afirma o relatório. “Não há, igualmente, restrições quanto à juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa”.

O senador ressaltou a importância da aprovação desse instrumento, mesmo em face dos mecanismos já existentes de combate ao trabalho análogo ao de escravo pelo viés econômico: “a despeito do cadastro de empregadores flagrados com mão de obra escrava e o engajamento de parte do setor privado no combate ao crime em torno de um pacto empresarial (por meio do compromisso de cortar relações econômicas com escravistas), são poucos os casos de condenação criminal da Justiça por submeter alguém à escravidão”.

E ressalta que “toda propriedade rural ou urbana deve cumprir sua função social e jamais poderá ser utilizada como instrumento de opressão ou submissão de qualquer pessoa”.

No campo, a maior incidência de trabalho escravo contemporâneo está na criação de bovinos, produção de carvão vegetal para siderurgia, produção de pinus, cana-de-açúcar, erva-mate, café, frutas, algodão, grãos, cebola, batata, na extração de recursos minerais e na extração de madeira nativa e látex.

Nas cidades, a incidência é maior em oficinas de costura, no comércio, hotéis, bordéis e em serviços domésticos. No campo e na cidade, pipocam casos na construção civil.

Diferente da Câmara, a CCJ do Senado, além da constitucionalidade da proposta, analisa ainda o mérito. Assim, aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a PEC 57A/1999 segue para o plenário do Senado para ser apreciada em dois turnos. Caso receba dois terços dos votos dos senadores, nas duas votações, em seguida será promulgada pelo Congresso. Se receber alterações, volta para a Câmara dos Deputados.

A expectativa do governo federal é de que a proposta seja colocada em votação ainda neste semestre.

Votação na Câmara

A Câmara dos Deputados aprovou no dia 22 de maio, em segundo turno, a PEC 438/2001. Com isso, a matéria, que foi aprovada em primeiro turno em agosto de 2004, foi remetida de volta ao Senado por conta da inclusão, pela Câmara, da previsão de expropriação de imóveis urbanos.

Foram 360 votos a favor, 29 contrários e 25 abstenções, totalizando 414 votos. Ao final, os deputados cantaram o Hino Nacional no plenário. Em 2004, foram 326 votos a favor, 10 contrários e oito abstenções

Fonte: Diap